

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo autoriza concursos do INSS e Receita com 1.699 vagas; salário é de até R\$ 21 mil3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Ajustar a previdência para crescer - RAUL VELLOSO5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Nova janela de migração7

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Limite de 17% para ICMS avança8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Dados de aposentados e servidores públicos são vendidos na deep web, afirma empresa9

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Bolsonaro diz que servidor não terá reajuste, mas fala em elevar tíquete10

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Senado aprova texto-base de projeto que limita ICMS11

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Enquanto isso... ..servidores federais ficam sem reajuste13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Copom deve deixar 'porta aberta' para novas altas da Selic, avalia mercado16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mínimo é insuficiente para comprar cesta básica18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Itaú eleva previsão do IPCA para 8,7% no fim deste ano19

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Senado aprova limitação do ICMS em 17%20

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Itaú Asset vê Selic a 15% após mudança fiscal21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Dólar vai a R\$ 5,11 e Bolsas despencam sob temor de aperto maior nos juros22

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Bitcoin tem desvalorização de 20% após credora bloquear resgates 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Bolsa brasileira está barata, e situação fiscal é surpresa positiva 27

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
ECONOMIA

Oito das dez cidades que mais emitem gases de efeito estufa são da Amazônia 30

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Europa pode acelerar ritmo de elevação dos juros 32

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

Brasileiro mais pobre é resultado da maré global e de política social errática (Editorial)
..... 33

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
ECONOMIA

Ciro diz que, se eleito, entregará reformas em 6 meses 34

Governo autoriza concursos do INSS e Receita com 1.699 vagas; salário é de até R\$ 21 mil

Felipe Nunes SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP)

O Ministério da Economia autorizou a abertura de concursos para preencher mil vagas de técnico do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e 699 de analista tributário e auditor fiscal da **Receita Federal**.

O cargo de técnico do **INSS** exige nível médio de escolaridade e oferece salário de aproximadamente R\$ 6.500. Para o concurso da Receita, a exigência é que o candidato tenha nível superior. A remuneração é a partir de R\$ 11 mil, para o cargo de analista, e de R\$ 21 mil, para o cargo de auditor.

O concurso mais recente do **INSS** foi realizado em 2015 e perdeu a validade em 2018. Na época, 3.500 candidatos foram aprovados para 950 vagas.

No concurso da **Receita Federal**, serão 469 vagas para o cargo de analista tributário e 230 para auditor fiscal.

A autorização foi publicada na edição desta segunda-feira (13) do Diário Oficial da União. De acordo com as portarias, os dois concursos dependem de autorização do Ministério da Economia e estão condicionados à existência de vagas.

Além disso, o preenchimento das vagas dependerá da adequação orçamentária e financeira da nova despesa à LOA (Lei Orçamentária Anual) e sua compatibilidade com a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

O prazo para a publicação do edital de abertura do concurso público será de seis meses, contado a partir da publicação do texto. Isso significa que os editais devem ser publicados até 13 de dezembro.

Para a Receita, foi autorizada uma redução para dois meses entre o período de publicação do edital e a realização da primeira prova do concurso.

Segundo levantamento da Fenasps (Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde), o **INSS** possui um déficit de 23 mil servidores em todo país, entre os cargos de técnico e de analista do seguro social

Viviane Peres, diretora da entidade, afirma que o órgão perdeu cerca de 50% do quadro de funcionários desde a realização do concurso mais recente e conta, atualmente, com 19 mil trabalhadores. "Foram cerca de 20 mil servidores que deixaram o quadro do **INSS** nos últimos dez anos."

Para a entidade, as vagas anunciadas para o preenchimento do cargo de técnico do **INSS** não serão suficientes para suprir a necessidade de recomposição da força de trabalho. "Com esse déficit, é impossível o **INSS** conseguir diminuir a fila de benefícios repesados à espera de análise. Também precisamos de mais analistas, que não estão contemplados nesse concurso. É uma fila que aumenta progressivamente", diz Viviane.

Em maio, a fila de perícias médicas do **INSS** ultrapassou mais de 1 milhão de agendamentos, segundo informações do Ministério do Trabalho e Previdência. O número de perícias inclui todos os tipos de benefício que necessitam de avaliação médica para serem concedidos, como o auxílio-acidente, auxílio por incapacidade temporária -antigo auxílio-doença-, e aposentadoria por incapacidade permanente -antiga aposentadoria por invalidez, além do BPC (Benefício de Prestação Continuada) para pessoas com deficiência.

Os servidores da Receita também consideram insuficiente o número de vagas do concurso autorizado pelo governo. A categoria prepara um protesto para esta terça (14), nas superintendências da Receita de todo o país.

Segundo o Sindifisco (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da **Receita Federal do Brasil**), nos últimos dez anos, a perda de servidores foi de 50%. O quadro, que incluía 13,3 mil auditores em 2012, agora tem 7.700, sendo que em 2007 foram enviados 5.500 auditores. No caso dos analistas, nunca houve reposição, diz o sindicato.

Para a categoria, o concurso anunciado atende apenas em parte o que vem sendo reivindicado desde o final do ano passado, que inclui o cumprimento da lei

13.464/2017, com bônus para os servidores, além de manifestação contra o projeto 17/2022, apelidado de "Código de Defesa do Sonegador", "proposta que visa acabar com a fiscalização da Receita e desprestigiar ainda mais os auditores fiscais", diz nota.

A Receita afirmou que não irá comentar e o **INSS** disse, em nota, que "o número de vagas não foi o quantitativo inicialmente solicitado pelo órgão, mas que já representa um avanço", segundo o ministro do Trabalho e Previdência, José Carlos Oliveira.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

42

Ajustar a previdência para crescer - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

A OCDE acaba de divulgar suas projeções para o crescimento da economia mundial em 2022, com uma das taxas mais baixas para o Brasil: Venezuela, 6,1%; Argentina, 3,6%; mundo, 3%; México, 1,9%; e Brasil, 0,6%.

Como causas em destaque no nosso caso, citou o forte aumento dos gastos públicos, inclusive auxílios aos mais pobres, e juros altos para combater a **inflação**.

Esta, por sua vez, se destaca no Brasil com a taxa acumulada, em 2022, de 9,7%, em contraste com os demais indicados: OCDE, 8,8%; EUA, 7,0%; e China, 2,0%.

OCDE à parte, repito minha visão de que o Brasil, já faz algum tempo, perdeu, sim, o rumo do crescimento, tendo mostrado uma taxa média de variação do **PIB**, na última década, de apenas -0,6% a.a., após taxas médias de 2,6 e 3,9% a.a. nas duas décadas precedentes.

Ou seja, revelou um comportamento recente típico de "voo de galinha", em que, como já vimos aqui em outros momentos do passado, após alçar voo relativamente alto no início, o país acaba perdendo o fôlego e conclui o percurso à frente com uma taxa de crescimento médio bem mais baixa.

Tenho dito e repetido que, na raiz do problema brasileiro, está a desabada dos investimentos em infraestrutura, variável-chave que explica, em boa medida, o que acontece com o **PIB**, algo que ocorreu especialmente no âmbito público. Notem que a parcela pública desses investimentos tinha alcançado o ponto máximo de 5,1% do **PIB** no final dos anos 1980, e a melhor estimativa disponível para 2022 aponta para 0,6% do **PIB**, que desastre!... Ou seja, desde o final dos anos 1980, os investimentos públicos em infraestrutura terão caído 4,5 pontos percentuais do **PIB**, algo ao redor de R\$ 392 bilhões, e, portanto, nada desprezível. Por sua vez, os investimentos privados nesse segmento têm girado em torno da média de 1,1% do **PIB**, incluindo 2022, longe da explosão que autoridades econômicas daqui imaginavam que ocorreria nesse item (ou seja, de um esperado boom de investimentos estrangeiros, que

nunca ocorreu).

Por trás dessa queda, está a disparada dos déficits previdenciários da grande maioria dos entes públicos, que ocorreu especialmente de 2006 para cá, por fatores demográficos e outros, entes esses que se viram instados a cortar pesadamente os investimentos para não prejudicar os pagamentos a aposentados e pensionistas.

Tanto assim que, se jogarmos as luzes sobre a evolução dos gastos previdenciários por grande grupo de entidades públicas, de 2006 até 2017, encontraremos as seguintes taxas de crescimento real: estados, 93%; regime geral (**INSS**), 79,5%; União, 45,7%; e o **PIB**, 23,5%. Ou seja, o problema previdenciário se agigantou, e passou a merecer atenção especial.

Diante da gravidade desse estado de coisas, acabamos, felizmente, evoluindo para, via Emenda 103/19, estabelecer a obrigação de os entes promoverem o equilíbrio financeiro e atuarial de seus regimes previdenciários (ou seja, zerar tanto os déficits anuais como o passivo atuarial), algo a ser "comprovado por meio de garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das despesas projetadas, apuradas atuarialmente que, juntamente com os bens, direitos e ativos vinculados, comparados às obrigações assumidas, evidenciem a solvência e a liquidez do plano de benefícios". O ente que não comprovar o equilíbrio financeiro e atuarial ficará sem receber o certificado de regularidade previdenciária (CRP), e, portanto, vedado de receber transferências voluntárias da União.

Nesse contexto, é indispensável implementar o que se costuma chamar de "segregação das massas" dos participantes nos regimes, ou seja, fazer a transição gradativa de um regime de repartição simples (como vários casos de peso ainda existentes) para um outro totalmente capitalizado (ou de passivo atuarial nulo), em adição à implementação de várias mudanças específicas.

Tudo se passa como se o processo fosse começar de novo de um jeito sustentável. Cria-se um plano novo, chamado de previdenciário, que passará a conviver por um determinado período com o antigo plano financeiro, que logo em seguida entra em extinção.

O grande drama é que esse é um processo que tem como consequência natural um elevado "custo de transição", pois, enquanto as receitas do plano financeiro começam a encolher, o novo plano passa a operar de forma equilibrada com seus novos entrantes. Em face disso, um valor equivalente a essa perda se constituiria em uma pressão financeira adicional nas contas do ente público respectivo.

Aqui não há espaço para hesitar: a saída é fazer uma "transferência de vidas" do velho plano financeiro para o novo plano previdenciário, das pessoas na faixa etária mais elevada que antes tivessem seus gastos cobertos pelas contribuições dos novos entrantes, juntamente com um aporte de ativos estaduais de valor equivalente para cobrir suas aposentadorias no novo abrigo.

Nova janela de migração

MICHELLE PORTELA

Agência Brasil)

Os **servidores públicos** da União podem pedir migração do Regime Próprio de **Previdência Social** (RPPS) para o Regime de **Previdência Complementar** (RPC) até 30 de novembro deste ano. A oportunidade é válida para servidores federais que ingressaram nas carreiras antes de 4 de fevereiro de 2013.

A migração está normatizada na Medida Provisória 1.119/22, publicada no Diário Oficial da União do último dia 26 de maio. A expectativa é de que 290 mil servidores federais atendam aos requisitos exigidos para a mudança de regime e realizem a migração.

De acordo com o Ministério da Economia, esta é a primeira oportunidade de migração concedida após a promulgação da Emenda Constitucional nº 103/2019, que instituiu alíquotas de contribuição maiores para os servidores do Regime Próprio.

"A decisão de migração é voluntária para cada servidor, mas a mudança, uma vez efetuada, tem caráter irrevogável e irretratável. Cada servidor deverá avaliar sua trajetória profissional, sua remuneração, quanto tempo falta até sua aposentadoria, expectativa de permanência no serviço público e idade para verificar se a migração é vantajosa ou não", informou a pasta, em nota.

Se decidir migrar e aderir à Fundação de **Previdência Complementar** do Servidor Público (Funpresp-Exe), o servidor terá direito a uma poupança previdenciária formada a partir das contribuições mensais e da contrapartida em igual valor do órgão público federal para o qual trabalha, além do benefício previdenciário calculado sobre o teto do **INSS** e do Benefício Especial.

O valor da contribuição é definido a partir da escolha de uma alíquota de contribuição (7,5%, 8% ou 8,5%), que é aplicada sobre a diferença entre a remuneração do servidor e o valor que supera o teto do **INSS**.

O regime de **previdência complementar** dos servidores foi instituído pela Lei nº 12.618/2012.

Já foram abertas três janelas de migração, em 2013, 2016 e 2018.

Ao todo, mais de 18 mil servidores migraram de regime nas três oportunidades. (Com informações da

Limite de 17% para ICMS avança

FERNANDA TRISOTTO,

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Dados de aposentados e servidores públicos são vendidos na deep web, afirma empresa

Daniela Arcanjo

A empresa de cibersegurança ISH Tecnologia diz ter encontrado dois bancos de dados de brasileiros sendo vendidos na internet.

Um deles, que está sendo ofertado por US\$ 600, seria do Siape (Sistema Integrado de Administração de Pessoal), empacotaria dados de um vazamento de 2020 com informações de **servidores públicos** federais e aposentados.

Com base na publicação do usuário, a empresa afirma ainda que o outro pacote engloba dados do SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) -a entidade, porém, nega que tenha ocorrido vazamento de seus dados.

"Não é verdadeira a informação da venda de dados pessoais provenientes do SPC", afirma o serviço em nota. "Foram realizadas as análises técnicas para apuração do caso, e o relatório conclusivo indica que os dados pessoais divulgados não possuem origem e correlação com a base de dados do SPC Brasil."

Os dados não passaram por análise da ISH Tecnologia. A empresa não sabe dizer quantas pessoas seriam afetadas pelos pacotes à venda.

As publicações teriam sido feitas no final de junho em um fórum de crimes cibernéticos criado no primeiro trimestre de 2022.

Os dados já saíram da dark web e estão na deep web -ou seja, um espaço de acesso mais fácil. Segundo o diretor de inovação da ISH Tecnologia, Leonardo Camata, é como se os dados estivessem emergindo para uma superfície mais navegável e exposta, como os sites que achamos em uma pesquisa no Google.

"Quando tem um vazamento desse tipo, essa informação vai parar lá na dark web, fóruns mais barra-pesada", afirma Camata. Para acessar a dark web é preciso de tecnologias específicas.

Embora seja usada, em alguns casos, para driblar a censura ou garantir a comunicação de pessoas perseguidas por governos, por exemplo, a dark web também tem comunidades voltadas para atividades ilegais, diz Luis Corrons, Pesquisador Adjunto Sênior da Avast.

"Ao longo dos anos, testemunhamos como grandes quantidades de informações pessoais foram vendidas na dark web, muitas delas provenientes de violações de dados" afirma.

Na deep ou na dark web, muitos desses fóruns são de difícil acesso e operam por meio de convite. O identificado pela ISH Tecnologia pode ser acessado por qualquer pessoa, segundo Camata.

Na publicação, de acordo com a empresa, os criminosos disponibilizam um canal de contato via Telegram e pedem o pagamento via criptomoedas, para dificultar a rastreabilidade.

"Essas vendas ocorrem por reputação", afirma o Camata. Ou seja, o nível de confiança que o vendedor tem naquela comunidade.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49942>

Bolsonaro diz que servidor não terá reajuste, mas fala em elevar tíquete

ALICE CRAVO E DANIEL GULLINO

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Senado aprova texto-base de projeto que limita ICMS



VICTOR CORREA E TAÍS MEDEIROS

O Senado aprovou, na noite de ontem, o texto-base do Projeto de Lei Complementar (PLP) 18/2022 que limita a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e transportes a 17%. O texto-base foi aprovado por 65 votos a favor e 12 contra. Como houve alterações, ele terá que voltar à Câmara dos Deputados para votação. Os destaques serão votados separadamente.

O PLP 18/2022 classifica combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e transportes como itens essenciais e limita a alíquota do ICMS sobre esses produtos a 17% ou 18%. A medida não é bem-vista pelos governadores que temem a redução na arrecadação de estados e municípios. O projeto foi proposto pelo governo federal como forma de conter o aumento nos preços dos combustíveis.

A proposta prevê uma compensação aos estados com o abatimento de dívidas com a União, quando a perda de arrecadação passar de 5%. Os governos não endividados terão prioridade para fazer empréstimos com o aval da União e podem ter recursos adicionais em 2023. Os senadores ainda vão analisar emendas destacadas para votação em separado.

O governo argumenta que a mudança vai diminuir os preços dos combustíveis para o consumidor final e ajudará no controle da **inflação**, ajudando a economia como um todo. Já os críticos do PLP afirmam que não haverá redução significativa de preços nas bombas, mas áreas como saúde e educação podem ser afetadas. O relator Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) complementou seu relatório analisando todas as 77 emendas apresentadas por senadores. Ele acolheu quatro emendas de maneira integral e outras nove emendas parcialmente.

Como o projeto considera que combustíveis - assim como energia, transportes coletivos, gás natural e comunicações - são bens essenciais e indispensáveis, os governos não poderão cobrar ICMS acima do teto se o PLP virar lei. Os governadores têm demonstrado resistência à proposta visto que o ICMS é a principal fonte de arrecadação dos estados, já os parlamentares de oposição consideram a medida eleitoreira que pode prejudicar os governos locais sem surtir o efeito desejado, que é baixar os valores na bomba. A questão também é objeto de processo que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF).

O texto aprovado reduz a zero as alíquotas de Cide-Combustíveis e PIS/Cofins incidentes sobre a gasolina até 31 de dezembro de 2022. Atualmente, tais **tributos** federais já estão zerados para diesel e gás de cozinha. O relator optou também por derrubar a zero a PIS/Cofins incidente sobre álcool hidratado e sobre álcool anidro adicionado à gasolina. Nos cálculos apresentados por Fernando Bezerra Coelho em plenário, as perdas arrecadatórias de estados e municípios representarão pouco frente ao aumento das receitas dos últimos anos.

"Os estados poderão comportar e dar a sua contribuição para que a gente possa reduzir o preço da energia, o preço dos combustíveis, o preço das telecomunicações () estados e municípios podem, sim, suportar o impacto deste projeto", afirmou o relator à Agência Senado. Para Fernando Bezerra Coelho, seu relatório aperfeiçoou os mecanismos de compensação aos estados previstos no projeto original de autoria do deputado Danilo Forte (União-CE).

O senador Oriovisto Guimarães (Pode-mos-PR) criticou duramente o PLP. Ele disse que há 100 milhões de brasileiros que vivem em insegurança alimentar e que as mudanças vão "subsidiar o combustível dos carros da classe média". "Enquanto uma criança passa fome e tem o desenvolvimento mental dos seus neurônios comprometido pela ausência de proteínas e de alimentação básica, é justo que se estabeleça uma política pública de usar dinheiro público para financiar combustível de carro de passeio?" opinou Oriovisto. A senadora Zenaide Maia (Pros-RN) também foi contrária ao PLP. Ela disse que as alterações vão prejudicar os caixas dos estados e diminuir investimentos em saúde e educação. Ela

acrescentou não haver garantias de que o preço vai diminuir nos postos de combustível.

COMPENSAÇÃO O presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou ontem que a proposta de emenda à Constituição (PEC) apresentada pelo Palácio do Planalto para compensar a perda de arrecadação dos estados que zeraram a alíquota do ICMS sobre diesel e gás de cozinha deve ser aprovada na Câmara e no Senado entre ontem e hoje. Com a aprovação da proposta, Bolsonaro estima que o valor do litro de gasolina caia por volta de R\$ 2. Já o litro do diesel reduziria em R\$ 1 o preço.

"Nós vamos cobrir o ICMS do diesel que é cobrado pelos estados. Nós estamos entrando com uma parte muito grande para diminuir os **impostos** estaduais. Tem que pensar no povo. Não é o Estado que arrecada, o Estado está perdendo, quem está perdendo é o povo que está pagando a gasolina muito caro" disse em entrevista à rádio CBN Recife.

Enquanto isso... ...servidores federais ficam sem reajuste

Os servidores federais não terão reajuste salarial este ano, disse ontem o presidente Jair Bolsonaro. Segundo ele, o governo federal estuda a possibilidade de dobrar o valor do auxílio-alimentação de todas as categorias do funcionalismo ainda em 2022. "A ideia minha era dar pelo menos 5% para o servidor, cortando de ministérios", disse o chefe do Executivo federal em conversa com jornalistas em frente ao Palácio do Planalto. "Estamos tentando agora, tem que vencer a legislação eleitoral, dobrar, no mínimo, o valor do auxílio-alimentação", declarou. Bolsonaro disse ainda que o reajuste de servidores e a reestruturação de carreiras no funcionalismo federal serão incluídos no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2023. Na quinta-feira passada, o ministro da Economia, Paulo Guedes disse: "O governo federal não conseguiu dar aumento de salários, mas reduziu **impostos** para 200 milhões de brasileiros, ao invés de ajudar só o funcionalismo, que ajudou nessa guerra. Logo ali na frente, vai ter aumento, vamos fazer reforma administrativa".

**ENQUANTO
ISSO...**

**...SERVIDORES FEDERAIS
FICAM SEM REAJUSTE**

Os servidores federais não terão reajuste salarial este ano, disse ontem o presidente Jair Bolsonaro. Segundo ele, o governo federal estuda a possibilidade de dobrar o valor do auxílio-alimentação de todas as categorias do funcionalismo ainda em 2022. "A ideia minha era dar pelo menos 5% para o servidor, cortando de ministérios", disse o chefe do Executivo federal em conversa com jornalistas em frente ao Palácio do Planalto. "Estamos tentando agora, tem que vencer a legislação eleitoral, dobrar, no mínimo, o valor do auxílio-alimentação", declarou. Bolsonaro disse ainda que o reajuste de servidores e a reestruturação de carreiras no funcionalismo federal serão incluídos no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2023. Na quinta-feira passada, o ministro da Economia, Paulo Guedes disse: "O governo federal não conseguiu dar aumento de salários, mas reduziu impostos para 200 milhões de brasileiros, ao invés de ajudar só o funcionalismo, que ajudou nessa guerra. Logo ali na frente, vai ter aumento, vamos fazer reforma administrativa".

**ENQUANTO
ISSO...**

**...SERVIDORES FEDERAIS
FICAM SEM REAJUSTE**

Os servidores federais não terão reajuste salarial este ano, disse ontem o presidente Jair Bolsonaro. Segundo ele, o governo federal estuda a possibilidade de dobrar o valor do auxílio-alimentação de todas as categorias do funcionalismo ainda em 2022. "A ideia minha era dar pelo menos 5% para o servidor, cortando de ministérios", disse o chefe do Executivo federal em conversa com jornalistas em frente ao Palácio do Planalto. "Estamos tentando agora, tem que vencer a legislação eleitoral, dobrar, no mínimo, o valor do auxílio-alimentação", declarou. Bolsonaro disse ainda que o reajuste de servidores e a reestruturação de carreiras no funcionalismo federal serão incluídos no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2023. Na quinta-feira passada, o ministro da Economia, Paulo Guedes disse: "O governo federal não conseguiu dar aumento de salários, mas reduziu impostos para 200 milhões de brasileiros, ao invés de ajudar só o funcionalismo, que ajudou nessa guerra. Logo ali na frente, vai ter aumento, vamos fazer reforma administrativa".

Copom deve deixar 'porta aberta' para novas altas da Selic, avalia mercado

THAÍS BARCELLOS BRASÍLIA CÍCERO COTRIM SÃO PAULO

Em reunião que começa hoje, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) deve elevar a Selic (a taxa básica de juros) em 0,50 ponto percentual - de 12,75% para 13,25% ao ano. Mas, na avaliação do mercado, o colegiado ainda não deve indicar uma data para o encerramento do ciclo de aperto monetário. Desde sua última reunião, em maio, a **inflação** global voltou a assustar e os riscos fiscais se intensificaram no País, com o novo pacote do governo para os combustíveis, sem sinais firmes de melhora do cenário de preços.

Em tese, a redução temporária de **impostos** incidentes sobre os combustíveis poderia atrapalhar ainda mais a tarefa do BC de levar a **inflação** para a meta, com um possível efeito "rebote" aumentando as chances de um terceiro ano consecutivo de rompimento da meta em 2023. Nesse contexto, a maioria dos economistas consultados pelo Estadão/Broadcast avalia que a alta da Selic não deve terminar neste mês e que o Copom deve manter na mesa todas as opções para o encontro de agosto - uma nova alta de juros ou o início do período de estabilidade.

A este quadro se soma a falta de informações sobre as variáveis que o Copom vai usar para atualizar seus modelos de **inflação**, uma vez que não houve até o momento atualização do Boletim Focus com as estimativas do mercado financeiro da semana passada - consequência de paralisação de servidores da autarquia. No relatório divulgado no último dia 6, a mediana para o IPCA (índice oficial de **inflação**) de 2022 estava em 8,89%, já bem acima do teto da meta (5%). Para 2023, o número considerado pelo mercado era de 4,39%, mais próximo do limite de 4,75% do que do centro da meta (de 3,25%).

Sondagem do Projeções Broadcast para a Selic mostra que 46 das 50 instituições financeiras consultadas estimam que a Selic passe para 13,25% nesta semana, em ajuste inferior ao aumento de um ponto percentual determinado em maio. Sobre o fim do ciclo de aperto monetário, as expectativas estão divididas: 25 de 49 casas apostam em 13,25%, enquanto 24 esperam 13,50% ou mais.

EFEITO. O aumento do juro básico da economia se reflete em taxas bancárias mais elevadas, embora haja uma defasagem entre a decisão do BC e o encarecimento do crédito (entre seis e nove meses). A elevação da taxa de juros também influencia negativamente o consumo da população e os investimentos produtivos.

No JPMorgan, o ativismo fiscal do governo com relação aos preços de energia foi decisivo para alterar a perspectiva para a Selic, de 13,25% para 13,75%, com mais uma alta de 0,50 ponto em agosto. "A estratégia ótima de comunicação parece ser de o Copom deixar todas as opções na mesa, sinalizando no **comunicado** que considera outro ajuste em agosto como possível, em uma magnitude não superior à de junho", disse o banco em relatório.

Andrea Damico, economistachefe da Armor Capital, também avalia que o BC deve acabar indicando nova alta da Selic em agosto, com a **inflação** de serviços bastante salgada, desancoragem de expectativas e ausência de um processo claro de desinflação - pontos que o BC já afirmou que quer combater.

Damico também afirma que o balanço de riscos tende a piorar, em face das maiores ameaças fiscais e da forte persistência inflacionária no exterior.

Já o sócio-fundador da Mauá Capital e ex-diretor do BC, Luiz Fernando Figueiredo, avalia que o BC pode ter condições de encerrar o ciclo de alta da Selic nesta semana, considerando que o pico da **inflação** já passou (o IPCA em 12 meses caiu de 12,13%, em abril, para 11,73% em maio) e que o juro real está em nível bem contracionista.

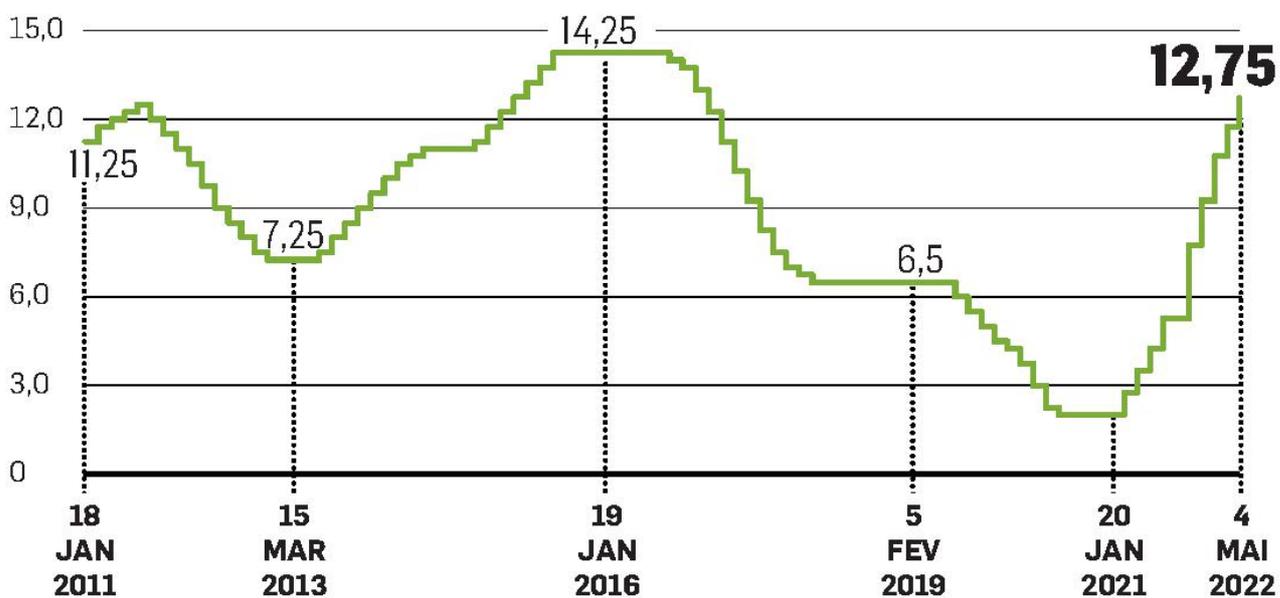
Mas pondera que o cenário ainda recomenda que o BC não seja assertivo: "A gente ainda está em um terreno bem movediço, a maré não acalmou".

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

ESCALADA

A trajetória de alta na taxa básica de juros começou há quase 1 ano e meio

EM PORCENTAGEM AO ANO



FONTE: BANCO CENTRAL / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Mínimo é insuficiente para comprar cesta básica

Sérgio Lamucci e Marsílea Gombata De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187244?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187244?page=1§ion=1

Itaú eleva previsão do IPCA para 8,7% no fim deste ano

Marcelo Osakabe De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187244?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187244?page=1§ion=1

Senado aprova limitação do ICMS em 17%

Renan Truffi, Vandson Lima e Luísa Martins De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187244?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187244?page=1§ion=1

Itaú Asset vê Selic a 15% após mudança fiscal

Victor Rezende De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187244

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187244

Dólar vai a R\$ 5,11 e Bolsas despencam sob temor de aperto maior nos juros



Operador na Bolsa de NY, cujo índice Dow Jones caiu 2,8%; mercado passa a considerar alta de 0,75 ponto no juro dos EUA, a maior desde 1994

Clayton Castelani são paulo

Investidores viveram nesta segunda-feira (13) o temor de que o descontrole da **inflação** global leve as principais potências econômicas à recessão.

No Brasil, o dólar teve forte valorização de 2,48% e subiu a R\$ 5,1130, a maior cotação da moeda americana desde 12 de maio. O índice Ibovespa, referência para a Bolsa brasileira, afundou 2,73%, a 102.598 pontos.

Entre as companhias com maior volume de negociações no país, destaque para os tombos da Eletrobras (-2,20%), da Vale (-3,17%), da Petrobras (-1,28%) e do Itaú (-1,20%).

Os resultados domésticos refletiram o dia negativo no exterior. Na Bolsa de Nova York, o indicador de referência S P500 mergulhou 3,88%. Outros dois índices importantes do mercado dos EUA, o Dow Jones (que acompanha 30 empresas de grande valor) e o Nasdaq (focado em companhias médias do setor de tecnologia), desabaram 2,79% e 4,68%, respectivamente.

O mercado financeiro mundial permanece abalado por dados recentes da **inflação** americana, cuja alta acima do previsto revelada na sexta-feira (10) poderá influenciar autoridades monetárias em todo o mundo a acelerar ainda mais suas respectivas taxas de juros. Essa situação, em linhas gerais, tende a valorizar moedas fortes, sobretudo o dólar, e tirar investimentos de ações de empresas negociadas nas Bolsas.

Nesta quarta-feira (15), o Fome (comitê de política monetária) do Fed (Federal Reserve, o banco central

americano) concluirá sua reunião de dois dias e informará a sua decisão sobre o ritmo de aumento dos juros no país.

O mercado passou a considerar a possibilidade de o Fed pisar no acelerador e elevar o ritmo de alta de juros de 0,5 para 0,75 ponto percentual -o que seria o maior aumento desde 1994.

Também nesta quarta, o Copom, comitê responsável por formular a política monetária do Banco Central do Brasil, também apresentará sua decisão sobre a taxa básica de juros do país, a Selic.

O aperto monetário -o que significa tomar o crédito mais caro para, assim, esfriar o consumo e desacelerar a **inflação**- nos EUA também aumenta o rendimento dos títulos do Tesouro americano, considerado o investimento mais seguro do planeta.

Isso leva investidores a diminuir suas aplicações em mercados mais arriscados, como as Bolsas. É um momento em que o mercado quer tirar proveito da renda fixa mais atrativa nos EUA.

Esse aumento do fluxo de dólares em direção aos títulos soberanos nos Estados Unidos torna a moeda mais escassa e cara, provocando uma reação em cadeia no mundo dos negócios.

Em países de economia emergente, como o Brasil, a alta do dólar eleva custos de importação e faz disparar a **inflação**. Bancos centrais são forçados a elevar juros para convencer investidores de que o retorno oferecido por seus títulos soberanos compensa o risco que eles correm ao não levarem seus dólares para os EUA.

O principal problema desse movimento é a falta de liquidez no mercado, uma vez que investidores passam a ter a chance de obter ganhos confortáveis com juros altos pagos pela renda fixa em todo o mundo. O dinheiro que sai das Bolsas faz falta para as empresas, pois elas perdem capital com a queda das suas ações e deixam de crescer e gerar empregos.

"O grande problema é que aumentou a percepção [dos investidores] de que o Fed está atrasado em sua normalização da política monetária, uma vez que a **inflação** está saindo do seu controle", disse Alexandre

Espirito Santo, economista-chefe da Órama.

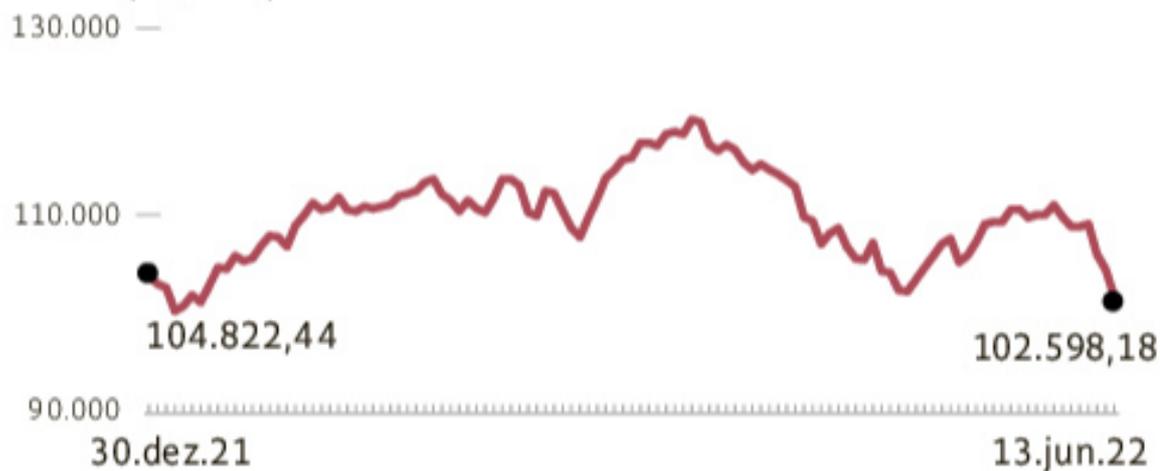
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

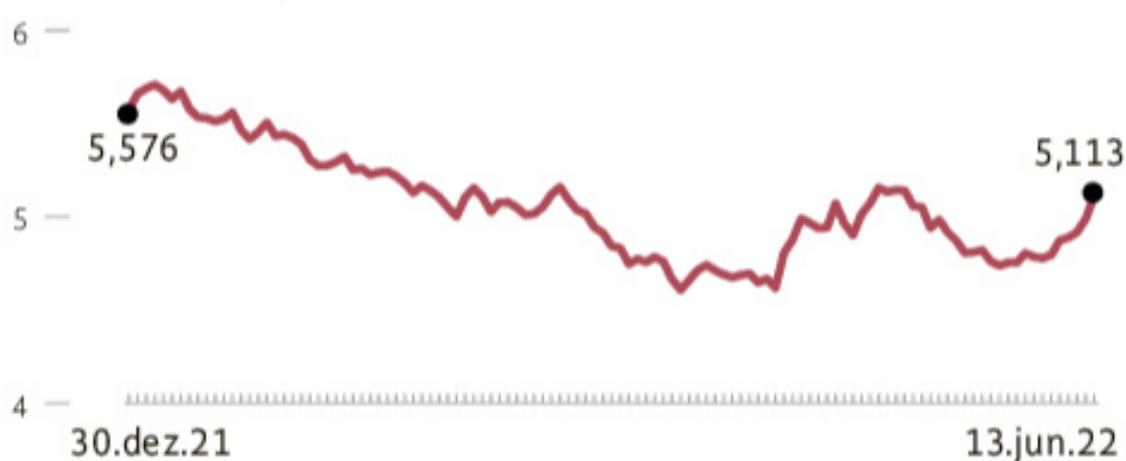
42

Bolsa, dólar e juros em 2022

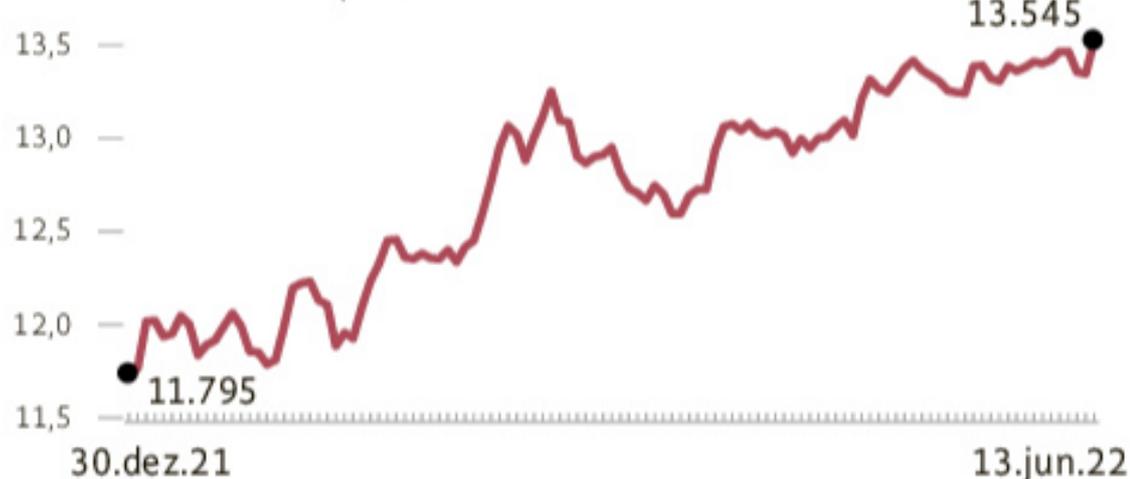
Ibovespa, em pontos



Dólar comercial, em R\$



Juros DI 2023, em pontos-base



Fontes: CMA e Bloomberg

Bitcoin tem desvalorização de 20% após credora bloquear resgates

A Binance interrompeu nesta segunda-feira (13) os saques de bitcoins durante várias horas, depois que o credor de criptomoedas Celsius também impediu os clientes de retirar fundos de sua plataforma, citando "condições extremas de mercado", enquanto os preços dos ativos digitais despencavam.

Bitcoin, ether e outros tokens importantes oscilaram nas últimas semanas, enquanto a **inflação** aumentava e os principais bancos centrais indicavam que reduzirão fortemente os estímulos. Mas eles caíram acentuadamente de novo nesta segunda, com sinais crescentes de que a infraestrutura que sustenta o mercado de ativos digitais está rachando sob a pressão. A Binance culpou uma "transação emperrada" por sua suspensão.

O bitcoin, a criptomoeda mais negociada do mundo, caiu quase 20% desde sexta-feira (10), para menos de US\$ 24 mil (R\$ 122,8 mil), seu nível mais baixo desde dezembro de 2020, segundo dados do site CryptoCompare.

Enquanto isso, o valor do mercado de criptomoedas em geral caiu de um pico de US\$ 3,2 trilhões em novembro para cerca de US\$ 1 trilhão nesta segunda.

A Celsius é um dos maiores players no mercado de produtos de rendimento digitais, oferecendo aos usuários a capacidade de emprestar seus tokens como garantia para outros projetos de criptomoedas. Em troca de emprestar seus tokens, os traders conseguiram obter rendimentos anuais de até 17%.

O sentimento em relação a esses projetos de alto risco esfriou drasticamente depois que, no mês passado, os tokens terra e luna -que eram a base de outra plataforma de rendimento popular- entraram em colapso em poucos dias. O valor dos ativos depositados na plataforma da Celsius encolheu de mais de US\$ 24 bilhões no final de dezembro para menos de US\$ 12 bilhões em 17 de maio.

O ether, que é considerado um símbolo do sentimento para projetos de ativos digitais que oferecem altos rendimentos aos investidores, caiu quase 30% desde sexta-feira, ficando dois terços mais barato em termos de dólares neste ano, negociado a US\$ 1.195. As vendas nesta segunda-feira também ricochetearam nas ações de empresas focadas em criptomoedas. A

MicroStrategy, empresa de tecnologia que investe pesadamente em bitcoin, perdeu um quarto de seu valor no início do pregão em Wall Street, enquanto a exehange de criptomoedas Coinbase caiu 16%.

No ano passado, a Celsius levantou US\$ 400 milhões em uma rodada de financiamento de ações liderada pela Caisse de Dépôt et Placement du Québec, o segundo maior fundo de pensão do Canadá, e WestCap, fundo criado pelo ex-executivo do Airbnb e Blackstone Laurence Tosi. Em **comunicado**, a CDPQ disse estar "acompanhando de perto a situação".

"Em um ambiente de declínio generalizado do mercado (mercados de ações e títulos -pela primeira vez em 50 anos), os investidores estão reduzindo seu risco em todas as classes de ativos", afirmou.

"Nesse contexto, a Celsius foi impactada por mercados muito difíceis nas últimas semanas, mais especificamente pelo forte volume de saques. A Celsius está tomando medidas proativas para cumprir suas obrigações com os clientes (comunidade Celsius) e honrou sua obrigação com os clientes até agora."

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

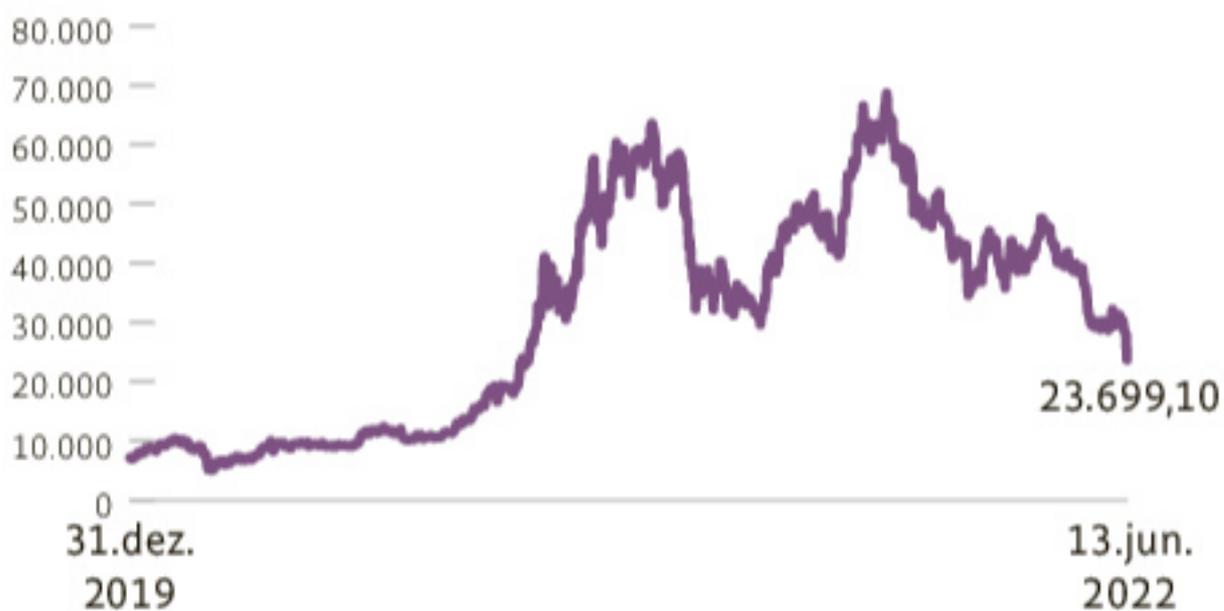
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

42

Ascensão e queda do bitcoin

Variação da cotação da criptomoeda, em US\$



Fonte: Bloomberg

Bolsa brasileira está barata, e situação fiscal é surpresa positiva



Lucas Bombana

À frente da gestora do Bradesco, a Bram (Bradesco Asset Management), casa com cerca de R\$ 540 bilhões em ativos sob gestão, Bruno Funchal tem a avaliação de que a Bolsa brasileira está barata.

Os setores de commodities e o financeiro são apontados pelo especialista entre aqueles em que enxerga as melhores oportunidades no momento.

Funchal assumiu o cargo no final de abril, após ter deixado em outubro do ano passado o posto de secretário do Tesouro Nacional do governo Bolsonaro, em meio às discussões que culminaram em elevação dos gastos públicos e no descumprimento do teto de gastos.

Em sua avaliação, apesar da manobra fiscal do governo, o teto de gastos segue tendo um papel importante para a manutenção de um quadro fiscal relativamente equilibrado, com redução da dívida federal em relação ao **PIB** (Produto Interno Bruto).

"Não podemos ignorar o fato de que as despesas estão controladas, e isso é o teto de gastos funcionando."

Uma condução mais austera da política fiscal nos últimos anos, na avaliação do especialista, contribuiu para um aumento na potência da política monetária, evitando que o país tenha de conviver com juros nos mesmos níveis observados em décadas passadas.

O CEO da Bram diz esperar por uma desaceleração

da **inflação** brasileira a partir do segundo semestre, com a taxa Selic em 13,75% ao final do ciclo de aperto monetário do BC (Banco Central) trazendo para baixo o nível dos preços, mas também com impacto negativo para o ritmo da atividade econômica.

No cenário internacional, a avaliação é a de que, caso a alta de juros em curso pelo Federal Reserve (Fed, banco central dos Estados Unidos) não seja suficiente para desaquecer o mercado de trabalho na região, aumentos acima dos previstos hoje pelo mercado podem ser necessários, com o risco de uma nova rodada de ajustes nos preços dos ativos de maior risco em escala global.

•
Como o sr. tem acompanhado a evolução do cenário macroeconômico e para os investimentos nos últimos meses? De forma geral, o que direciona o crescimento e os investimentos é a dinâmica de **inflação** e dos juros. Temos observado no Brasil e nos países da América Latina, e mesmo na Europa e nos Estados Unidos, o crescimento da **inflação** sempre surpreendendo para cima, e a reação natural é o aumento de juros, que é o instrumento que as autoridades monetárias têm para lidar com isso.

Estávamos em um ambiente de juros baixos e **inflação** baixa, quando investimentos de maior risco eram os preferidos dos investidores em busca de maior retorno, como os fundos multimercado e a renda variável. Com a alta da **inflação** e o aperto monetário, processo que o Brasil começou antes dos demais, temos alguma acomodação, com a migração dos investidores para a renda fixa.

Temos alguns fundos indo muito bem nesse cenário, como os de crédito privado, com performance acima do CDI, em que fazemos um processo de seleção bastante rigoroso em relação ao risco das empresas para conseguirmos extrair spread [prêmio em relação aos títulos públicos].

A alta dos juros, no Brasil e no exterior, tende a manter as Bolsas sob pressão ainda por mais algum tempo? Quando olhamos para a performance do mercado de ações, por mais que tenhamos nos Estados Unidos uma contração do S P 500 por conta desse aumento de juros pelo Fed, aqui no Brasil temos visto a Bolsa

relativamente barata se comparada com os pares, com oportunidades importantes em setores que têm tido um bom desempenho.

Os preços das commodities estão perto das máximas históricas, e setores mais defensivos, como de energia e o financeiro, estão indo bem. Se compararmos entre as classes, a renda fixa acaba sendo mais atrativa, mas, ainda assim, não elimina as oportunidades de bons investimentos em renda variável, principalmente de caráter mais defensivo, já que ainda temos muitas incertezas, sobre o ciclo monetário e eleitoral.

Como a gestora tem acompanhado o processo de privatização da Eletrobras? Vale a pena entrar na oferta? Estamos interessados, inclusive lançando dois fundos para investidores que quiserem aderir à oferta ou migrar os recursos dos fundos mútuos da Petrobras e da Vale. Para o investidor, é mais um canal de diversificação dentro de um setor considerado defensivo. E por mais que a valorização das ações da Eletrobras nos últimos meses possa ter um componente de expectativa, já houve também um ganho de eficiência importante desde 2017, com redução da estrutura de custos e melhora da eficiência, o que acaba se traduzindo no preço.

Qual avaliação o sr. faz sobre os níveis dos prêmios na renda fixa? Onde estão as melhores oportunidades? A curva de juros está bastante elevada, e tem prêmio dentro da classe para o investidor capturar. No entanto, ainda não estamos na fase de término do ciclo de aperto monetário, e, por conta disso, avaliamos que há oportunidades, mas que também ainda vai ter muita volatilidade.

Ainda vemos com um pouco de cautela o investimento nos títulos prefixados, e temos carregado uma posição mais leve nas carteiras. O que temos olhado com bastante interesse são os títulos de **inflação**, para conseguir se defender desse período de **inflação** mais alta. No crédito privado, temos também os papéis incentivados, que conseguem se beneficiar dos juros altos, com um spread adicional em relação aos títulos públicos, e que ainda contam com a isenção fiscal.

Até onde a taxa Selic deve subir para conseguir controlar a **inflação**? Projetamos que o ciclo acabe com a Selic em 13,75%. O aumento de juros é um remédio amargo que tem efeito para a atividade econômica, mas que vai se refletir em queda da **inflação**. Leva algum tempo para ter esse efeito, e talvez seja preciso esperar um pouco para ver o ciclo de alta dos juros se refletir na economia, para então começarmos a ver um ciclo expansionista da política monetária.

Uma discussão importante diz respeito à potência da

política monetária, que, na minha visão, mudou muito. Acho que hoje a potência da política monetária é muito mais forte, porque tem uma presença menor do Estado, com uma política fiscal muito menos expansionista. Temos menos crédito direcionado via bancos públicos, que era algo que diminuía a potência da política monetária.

De toda forma, boa parte da **inflação** brasileira é importada, o mundo inteiro fez uma política fiscal expansionista por conta da pandemia, e tivemos ainda a questão do preço do petróleo por conta da guerra na Ucrânia. Essas são variáveis que não temos como controlar.

Devemos esperar uma desaceleração mais importante da **inflação**, e da atividade econômica, já a partir do 2º semestre? Acredito que sim, nossas projeções vão nesse sentido. Por mais que o crescimento esteja surpreendendo positivamente, a **inflação** também tem surpreendido para cima. Mas a política monetária está começando a fazer efeito, e projetamos que a **inflação** deve fechar o ano em 9,2%, o que implica em uma queda no segundo semestre. E dado o nível de crescimento esperado para o primeiro semestre, também devemos ter uma queda na aceleração da atividade econômica. Imagino que o efeito começa a ser sentido no segundo semestre, e continua ao longo de 2023.

Com a alta da Selic, o dólar tende a depreciar ainda mais ou já está próximo do ponto de equilíbrio? Prevemos o câmbio para o final do ano em torno de R\$ 5, considerando o resultado da balança comercial e o fluxo de investidores estrangeiros e de capital de modo geral. Claro que têm os movimentos de curto prazo, mas não esperamos uma grande mudança em relação à taxa de câmbio sobre o que estamos vendo hoje. Agora o mundo inteiro está aumentando os juros, então a tendência é que isso acabe se estabilizando, com o diferencial de juros do país diminuindo.

Qual a visão do sr. sobre o quadro fiscal do país? O fiscal tem surpreendido. Tivemos algumas boas notícias desde o final do ano passado. A receita vem performando bem, com ganhos reais sucessivos e com efeito para o crescimento do ano passado. A alta das commodities e da **inflação** contribuíram para impulsionar a receita.

Também não podemos ignorar o fato de que as despesas estão controladas, e isso é o teto de gastos funcionando. Por mais que tenham tido todas as discussões no ano passado [que culminaram no descumprimento do teto], ainda assim, há um limite para as despesas. No passado, quando tínhamos um aumento da receita, a despesa subia junto, mas agora não, tem um aumento da despesa definido pelo teto, e

o resultado disso é que vimos uma melhora do superávit primário para cerca de 1,5% do **PIB**.

No meio da pandemia, quando estava no Tesouro, fizemos uma revisão que indicava que só voltaríamos a ter superávit em 2027, e isso foi antecipado para 2022. A receita aumentou, o teto controlou a despesa, o que se refletiu em uma melhora das contas públicas. Os dados mais recentes divulgados pelo BC indicaram uma dívida bruta de 78% do **PIB**, em patamar muito similar ao período pré-pandemia. O Brasil foi um dos países que mais conseguiu reduzir a dívida em relação ao **PIB** durante a pandemia. Até pouco tempo atrás se falava em uma dívida acima de 100% do **PIB**, e hoje está abaixo de 80%. O debate mais importante agora é de 2023 para frente, como vai ficar a partir do próximo ano.

O mercado ainda parece alimentar a esperança pela terceira via, qual a visão da Bram? A terceira via é super relevante para fomentar o debate de qual agenda queremos. Nesse período eleitoral, quanto mais pessoas relevantes estiverem contribuindo para uma agenda de futuro para o nosso país, esse é o grande ganho. Entendo que uma terceira via pode qualificar esse debate. Mais do que escolher A ou B, precisamos entender quais são as propostas, e o que queremos para o nosso país, quais são os objetivos e como eles serão implementados.

Entre os dois principais concorrentes, qual deve ter um impacto mais positivo para a economia e o mercado? É difícil falar neste momento, porque ainda falta entrar de fato no debate, que até agora não começou. Precisamos primeiro conhecer a agenda de cada um, depois disso fica mais fácil falar.

O que o Brasil precisa é de uma agenda de produtividade, de crescimento. O país está travado com um crescimento baixo já tem muito tempo. Desde a década de 1980 que o crescimento per capita é de cerca de 0,5% ao ano, é muito baixo. Como a gente pode quebrar isso? Com aumento da produtividade. Por isso, é preciso uma clareza maior sobre quais medidas serão adotadas para aumentar a produtividade, e como elas serão implementadas.

Qual impacto a alta dos juros pelo Fed ainda pode trazer para a economia global? A economia americana está muito aquecida, com um mercado de trabalho bastante forte. Se não virmos nenhum movimento de desaquecimento do mercado de trabalho na região, provavelmente o Fed vai ter que acelerar o passo do aperto monetário e teremos uma nova rodada de revisões nos preços dos ativos. Invariavelmente uma desaceleração econômica vai vir, porque é a forma de se controlar a **inflação**. O ponto de atenção é sobre qual será o tamanho dessa desaceleração, e o prazo

em que isso vai acontecer.

No curto prazo, a taxa de juros americana pode ir para 3%, talvez até ficar um pouco acima disso, justamente para conseguir desacelerar a **inflação** americana, que está bastante pressionada. Não vai ser um trabalho simples colocar a **inflação** nos Estados Unidos em níveis próximos de 2% ao ano. Não sei se teremos por conta disso uma recessão global, mas uma desaceleração é bem provável no ano que vem.

BRUNO FUNCHAL, 43

CEO da Bradesco Asset Management, Bruno Funchal é doutor em Economia pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) e tem pós-doutorado pelo IMPA (Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada). Foi secretário do Tesouro Nacional entre julho de 2020 e outubro de 2021, e secretário de Fazenda do Espírito Santo de fevereiro de 2017 até dezembro de 2018.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49942>

Oito das dez cidades que mais emitem gases de efeito estufa são da Amazônia

EMÍLIO SANT'ANNA

A agropecuária é a principal causa das emissões dos gases de efeito estufa em 67% dos municípios brasileiros, com destaque para a criação de gado de corte, segundo balanço do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG), uma iniciativa do Observatório do Clima, rede de mais de 70 organizações não governamentais de perfil ambientalista. Já o desmatamento, embora seja a principal fonte de contribuição para a crise climática pelo Brasil, é a maior causa da poluição atmosférica em 18% das cidades. No geral, dos dez municípios com mais emissões no Brasil, oito estão na Amazônia, principalmente por causa do desmate.

Altamira e São Félix do Xingu, no Pará, lideram a lista, seguidos por Porto Velho (RO) e Lábrea (AM). Em 2019, os dez emitiram juntos 198 milhões de toneladas brutas de dióxido de carbono equivalente (Mt- CO₂e). Isso corresponde a mais poluição na atmosfera do que todas as emissões de países como Peru e Holanda.

São Paulo e Rio são os únicos de fora da Amazônia entre os campeões de emissões, na quinta e oitava posições, respectivamente.

No caso das capitais, as causas estão no setor de energia, em especial os transportes. "Esses dois desafios (desmatamento e transporte) podem ser regulados também em nível municipal", diz Tasso Azevedo, engenheiro florestal e coordenador do sistema.

"Mas a atuação estadual e federal é fundamental. Os instrumentos de taxação, por exemplo, são todos deles." **PIB**. Se considerar as dez cidades com mais emissões no setor da agropecuária, o levantamento também aponta que, de 2000 a 2019, houve aumento de 2,13 milhões de hectares de pastagem (em vez do aproveitamento de áreas já abertas).

Mais da metade dessas áreas (56%) estão em algum estágio de degradação. Isso explica as emissões de CO₂ e também indica o potencial de recuperação dessas áreas, que podem se tornar mais produtivas e contribuir para a remoção de carbono, quando bem manejadas e sem a abertura de novos pastos.

Os dados mostram que o volume de emissões

atmosféricas não está ligado à rentabilidade do setor. O levantamento cruzou dados de emissão com o valor do **PIB** Agropecuário nos municípios. Dos dez municípios com as maiores emissões do setor em 2019, nenhum deles está entre aqueles com maior **PIB** Agropecuário.

Os dez municípios que mais rendem **PIB** no setor têm o perfil de emissões e de uso do solo mais relacionados com atividades de produção agrícola, diferentemente dos dez que mais emitem, que têm atividades relacionadas com a pecuária.

"Poluir mais não significa gerar riquezas para o País", afirma Tasso Azevedo.

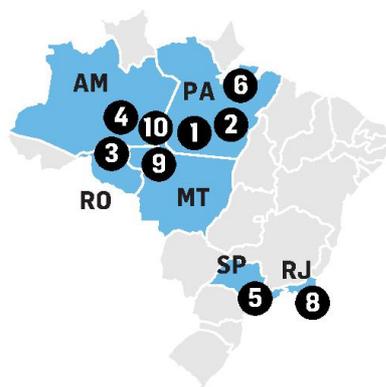
O processo de digestão dos animais, chamado de fermentação entérica, é a causa das emissões de metano (CH₄), principal gás de efeito estufa do setor. São Félix do Xingu, no Pará, com o maior rebanho do País, foi o que mais emitiu em 2019, com 4,5 MtCO₂e, seguido por Corumbá (MS) e Vila Bela da Santíssima Trindade (MT), com 3,6 MtCO₂e e 2,4 MtCO₂e, respectivamente.

Na última Cúpula do Clima (COP-26), realizada em Glasgow em 2021, o Brasil se comprometeu a zerar o desmatamento ilegal até 2028. Também aderiu a um pacto global para reduzir as emissões de metano. As taxas de devastação da Amazônia, no entanto, têm apresentado alta. E o País patina no cumprimento das metas assumidas na COP.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

DADOS

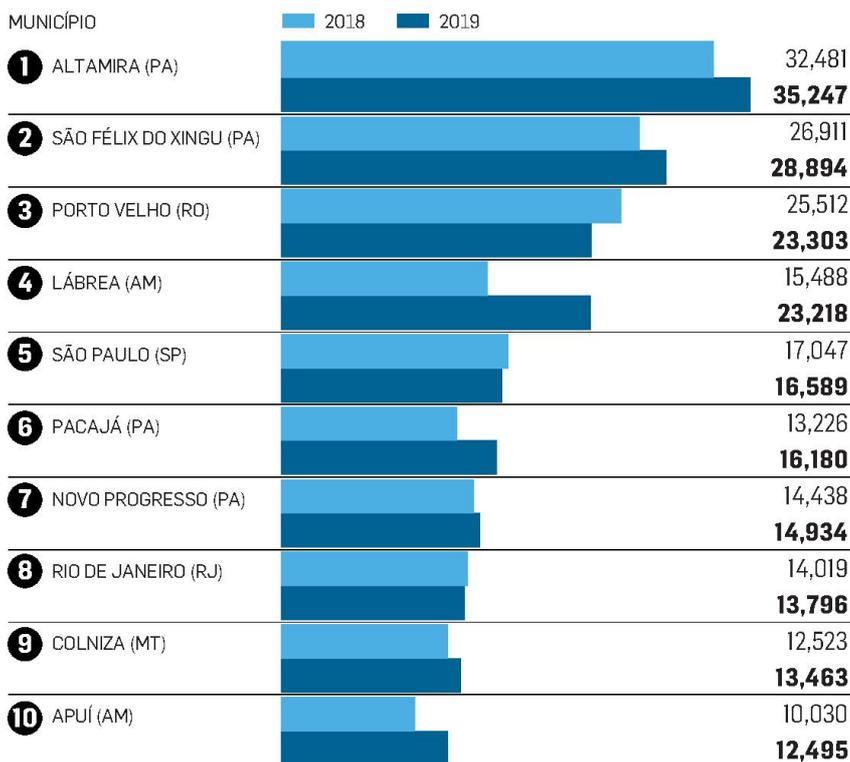
Oito dos dez municípios que mais emitem gases de efeito estufa estão na Amazônia



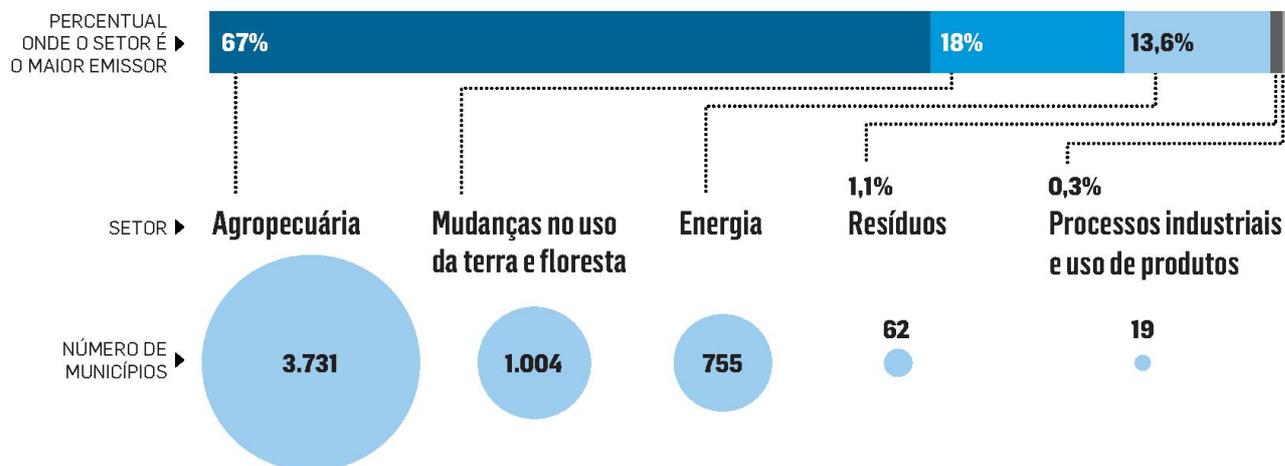
198 milhões

DE TONELADAS BRUTAS DE DIÓXIDO DE CARBONO EQUIVALENTE (MTCO2E) FORAM EMITIDAS PELOS DEZ MUNICÍPIOS EM 2019 (MAIS DO QUE PAÍSES COMO PERU E HOLANDA)

EM MILHÕES DE TONELADAS BRUTAS DE DIÓXIDO DE CARBONO EQUIVALENTE (MTCO2E)



Os maiores responsáveis pelas emissões



FONTE: SISTEMA DE ESTIMATIVAS DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA (SEEG) / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Europa pode acelerar ritmo de elevação dos juros

O Banco Central Europeu precisa acelerar o ritmo do aperto monetário para 0,50 ponto percentual em setembro, após um aumento inicial de 0,25 ponto previsto em julho, disse ontem o membro do conselho do governo eslovaco, Peter Kazimir.

"O verão (no Hemisfério Norte) não é o fim de nada, apenas o começo", disse Kazimir, em comentários enviados por e-mail.

"No outono, concretamente em setembro, continuaremos com o aumento dos juros, e aqui vejo claramente a necessidade de acelerar o ritmo e entregar um aumento de 0,50 ponto." O BCE indicou um aumento de 0,25 ponto dos juros em julho e disse que uma elevação maior pode ser necessária em setembro, pois as pressões inflacionárias estavam aumentando e se disseminando, elevando o risco de o crescimento dos preços se tornar arraigado.

"Do meu ponto de vista, é mais razoável agir preventivamente do que coçar a cabeça depois", disse Kazimir, presidente do banco central eslovaco.

O BCE estima **inflação** de 6,8% este ano, mais do que o triplo da meta, e a subida dos preços pode se manter acima de 2% até 2024, aumentando o risco de as empresas e as famílias perderem a confiança no compromisso do banco com a estabilidade.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Brasileiro mais pobre é resultado da maré global e de política social errática (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Ciro diz que, se eleito, entregará reformas em 6 meses

CAMILA ZARUR *cam.ila.zarur@oglobo.com.br*
BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>